Relatório de Conteúdo - "A Geopolítica das Finanças Globais: o Dólar como Arma e os seus impactos" Programa de Geopolítica

Realização: 18/08/2025

CONTEXTO GERAL

A financeirização da política externa americana e a *weaponization* do dólar marcaram um novo ciclo da ordem monetária internacional, especialmente a partir do pós-11 de setembro de 2001. O ataque terrorista evidenciou a vulnerabilidade de um sistema financeiro global aberto, rompendo o paradigma do dólar como instrumento neutro. O Patriot Act¹ consolidou o controle americano sobre o sistema financeiro, estabelecendo normas de compliance (KYC²), compartilhamento de informações entre instituições financeiras e mecanismos que permitem desconectar transações internacionais do sistema em dólar, mesmo sem envolvimento direto dos EUA.

Esse processo transformou a moeda americana em instrumento direto de coerção geopolítica, com impactos globais que vão além de sanções a adversários estratégicos. Tarifas e sanções passaram a ser usadas de maneira coordenada, em momentos de desvalorização do dólar, somando variáveis macroeconômicas à estratégia de pressão internacional. A centralidade do dólar, aliada à expansão de controles normativos, criou um ecossistema complexo envolvendo bancos, advogados, lobistas e órgãos reguladores, consolidando a predominância americana sobre transações globais.

¹ USA PATRIOT Act, sigla para Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act, é uma lei americana de 2001 que ampliou os poderes do governo dos EUA para vigilância, investigação e detenção de suspeitos de terrorismo, sendo alvo de debates sobre privacidade e liberdades civis.

² Know Your Customer, trata-se de um conjunto de normas que obrigam bancos e instituições financeiras a conhecerem em detalhe seus clientes. Isso inclui verificar identidade, origem dos recursos e histórico de transações. O objetivo é prevenir lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e outras práticas ilícitas.

A WEAPONIZATION DAS FINANÇAS

O arsenal financeiro dos EUA ampliou-se para atingir adversários geopolíticos, aliados e indivíduos, incluindo terroristas, acusados de violações de direitos humanos, países estratégicos e agentes de corrupção. A Rússia, por exemplo, foi expulsa do sistema SWIFT³ e teve reservas internacionais congeladas, enquanto a China enfrenta restrições tecnológicas e de investimento. Países como o Brasil sofrem pressões indiretas, devido à dependência do dólar, expondo bancos e empresas a riscos de *compliance*.

O pós-11 de setembro acelerou a integração entre segurança nacional e finanças, criando novas capacidades ofensivas: o Departamento do Tesouro passou a desconectar transações internacionais do sistema em dólar, aplicar controles de investimento, exportação e tecnologia, estabelecendo *choke points* financeiros estratégicos. A administração Trump redirecionou e ampliou o uso do arsenal financeiro existente, combinando sanções com tarifas comerciais para atender a interesses políticos internos, mostrando que a *weaponization* não se restringe a crises geopolíticas clássicas.

A RECONFIGURAÇÃO MONETÁRIA INTERNACIONAL

A crescente utilização do dólar como instrumento de coerção impulsiona iniciativas globais de diversificação monetária. A China avança na internacionalização do yuan e no desenvolvimento do CIPS (Cross-Border Interbank Payment System) como alternativa ao SWIFT; a Rússia fortalece o SPFS⁴; o Mercosul explora o uso internacional do PIX; e criptoativos emergem como alternativas, sujeitas a regulamentações internacionais. Apesar dessas iniciativas, a liquidez e previsibilidade do dólar mantém sua supremacia, tornando a transição gradual e desigual, com riscos regulatórios e geopolíticos.

No Brasil, a tentativa de desdolarização enfrenta dilemas estratégicos: a exposição do país ao dólar é elevada (com cerca de 80% das reservas em USD e quase todo o comércio internacional conduzido nessa moeda), e medidas radicais podem gerar custos econômicos e riscos de *compliance*. Estratégias graduais, como a expansão do uso internacional do PIX ou comércio em RMB, permitem reduzir a vulnerabilidade sem confrontar diretamente os EUA.

O PAPEL DO BRASIL E DA CHINA NA TRANSIÇÃO

A China e o Brasil têm papéis complementares na transição monetária. A

³ Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication.

⁴ Sistema para a Transferência de Mensagens Financeiras, é a alternativa russa ao SWIFT.

CEBRI

China lidera a desdolarização, fortalecendo o yuan e criando mecanismos alternativos de pagamento, enquanto também avança em tecnologias financeiras digitais, como o e-CNY. O Brasil precisa adotar prudência, autonomia e não-alinhamento, equilibrando interesses nacionais e integração global.

A gestão estratégica envolve:

- Diversificação monetária e tecnológica;
- Mitigação de riscos de *compliance* para bancos e seguradoras;
- Exploração de oportunidades de instrumentos digitais e regionais, como o PIX;
- Antecipação de impactos de sanções, tarifas e restrições sobre políticas internas.

O Brasil atua como mediador capaz de reduzir vulnerabilidades sem comprometer a integração financeira internacional, adotando uma abordagem pragmática frente às tensões globais e à disputa entre EUA e China.

RECOMENDAÇÕES

Prudência e Diplomacia Financeira

- Adotar uma postura de equilíbrio em relação ao dólar, evitando confrontos diretos com os EUA;
- Fortalecer canais de diálogo diplomático e financeiro com múltiplos parceiros, incluindo Europa, China e blocos regionais;
- Antecipar impactos da *weaponization* e integrar cenários de risco na formulação de políticas externas.
- **Diversificação Monetária e Comercial**
 - Expandir o uso do PIX em transações internacionais como mecanismo de defesa, não de confronto;
 - Explorar acordos bilaterais e regionais de comércio em moedas locais, como o RMB e possíveis instrumentos do Mercosul;
 - Incentivar iniciativas de comércio e investimento graduais que reduzam vulnerabilidades à exposição do dólar.
- **Resiliência Institucional e Financeira**
 - Reforçar *compliance*, governança e monitoramento de riscos para bancos, seguradoras e demais instituições financeiras;
 - Desenvolver alternativas tecnológicas e sistemas de pagamentos internacionais que aumentem autonomia operacional;

CEBRI

- Minimizar impactos indiretos sobre empresas brasileiras, assegurando continuidade de operações mesmo em cenários de sanções, restrições ou pressões macroeconômicas externas.